

SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO	7
--------------------	---

Angela Rodrigues e Ieda Maria Alves

PARTE I

MORFOLOGIA DERIVACIONAL

DERIVAÇÃO PREFIXAL	17
--------------------------	----

Ieda Maria Alves

DERIVAÇÃO SUFIXAL	57
-------------------------	----

Bruno Maroneze, Elis de Almeida Cardoso e Luciana Pissolato

COMPOSIÇÃO	111
------------------	-----

Elis de Almeida Cardoso

COMPOSIÇÃO SINTAGMÁTICA, POR SIGLAS E ACRÔNIMOS	123
---	-----

Mariângela de Araújo

PARTE II

MORFOLOGIA FLEXIONAL

INTRODUÇÃO	145
<i>Angela Rodrigues e Odette G. L. Altmann de Souza Campos</i>	
CONSTRUÇÃO DO VOCÁBULO FLEXIONADO	159
<i>Angela Rodrigues e Odette G. L. Altmann de Souza Campos</i>	
AUXILIARIDADE	175
<i>Beatriz Nunes de Oliveira Longo</i>	
VALORES DAS FORMAS VERBAIS FLEXIONADAS DO INDICATIVO	189
<i>Angela Rodrigues e Odette G. L. Altmann S. Campos</i>	
FLEXÃO E SINTAXE: A CONCORDÂNCIA	211
Concordância nominal	211
<i>Odette G. L. Altmann de Souza Campos</i>	
Concordância verbal	229
<i>Angela Rodrigues</i>	
CORRELAÇÃO MORFOSSINTÁTICA DE ORAÇÕES HIPOTÁTICAS DE FINALIDADE E TEMPO	249
<i>Maria Célia Lima-Hernandes e Nilza Barrozo Dias</i>	
FLEXÃO VERBAL, TEXTO E DISCURSO	281
<i>Luiz Carlos Travaglia</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	381
BIBLIOGRAFIA	387
OS AUTORES	397

APRESENTAÇÃO

Angela Rodrigues

Ieda Maria Alves



MORFOLOGIA

O volume VI da *Gramática do português culto falado no Brasil* é dedicado à Morfologia, o subsistema gramatical que estuda a estrutura, a forma da palavra. Apesar da difícil conceituação do termo *palavra*, consideramos neste livro, como sugere Basílio (2004: 15), que uma palavra atua como unidade lexical, um lexema, cujas distintas formas flexionadas correspondem a vocábulos.

Essas diferentes funções das palavras costumam ser tratadas separadamente. Assim, o estudo da construção da palavra como unidade lexical compete à Morfologia Derivacional, também denominada Morfologia Lexical (Sandman, 1991b). Já as flexões dos vocábulos são estudadas no âmbito da Morfologia Flexional. Essas duas partes da Morfologia não estão isoladas entre si; ao contrário, estabelecem uma relação de continuidade e de frequentes superposições.

PARTE I – MORFOLOGIA DERIVACIONAL

Quatro capítulos compõem a Parte I deste volume, em que é estudada a Morfologia Derivacional em inquéritos do Projeto Nurc. Esses capítulos foram elaborados pelos seguintes pesquisadores: Ieda Maria Alves (USP), Bruno Maroneze (UFGD), Elis de Almeida Cardoso (USP), Luciana Pissolato (USACH, Universidad de Santiago de Chile) e Mariângela de Araújo (USP).

O estudo da construção morfológica da unidade lexical derivada foi apresentado em dois capítulos, “Derivação prefixal” e “Derivação sufixal”.

O capítulo dedicado à derivação prefixal estuda os morfemas prefixais de acordo com os grupos semânticos que assumem ao prefixarem-se a uma base – espacialidade e temporalidade; intensidade; negação, oposição e favorecimento; quantidade e dimensão – e descreve-os segundo as bases a que se afixam e os significados que atribuem à unidade lexical construída. São também enfatizadas considerações sintáticas, nos casos em que a forma derivada apresenta alterações argumentais relativamente à palavra-base, e considerações de caráter pragmático.

Organizado de maneira distinta, o capítulo dedicado à derivação sufixal classifica e apresenta os sufixos de acordo com as classes de palavras que esses afixos podem construir, bem como quanto às classes de palavras às quais podem se juntar: sufixos nominais, sufixos formadores de verbos, sufixo formador de advérbios. Essa organização se justifica pelo fato de os sufixos poderem comumente ocasionar uma mudança de classe na unidade lexical construída. Enfatiza-se, nesse capítulo, o fenômeno da deriva semântica, observado mais comumente na construção de derivados sufixais do que entre os derivados prefixais, assim como observações de caráter pragmático.

Os dois outros capítulos constituintes do estudo da Morfologia Derivacional tratam da construção da unidade lexical composta.

A unidade lexical composta apresenta, no português brasileiro, uma gama de diferentes construções. Compostos podem ser constituídos por duas ou mais bases livres, por bases presas e por bases livres e presas. Diferentes classes gramaticais entram na construção desses compostos, algumas vezes conectados por conjunções. Esses tipos de compostos são estudados no capítulo “Composição”. Enfatiza-se, nesse capítulo, a relação que a composição estabelece com o nível da Sintaxe, pois, como afirma Carone (1986: 37), o processo da composição representa uma “construção sintática /que/ se imobiliza, dando origem a uma unidade cristalizada. Em decorrência, forma-se um sintagma bloqueado, com duas características essenciais da palavra: inseparabilidade e irreversibilidade das partes articuladas”. Outro aspecto da composição em que a autora ressalta a relação desse processo com a sintaxe repousa no fato de que as palavras que a formam estão relacionadas sintaticamente, por subordinação ou coordenação (1986: 37).

O processo da composição abrange outros tipos de composto, em que a relação entre a Morfologia e a Sintaxe é também claramente manifestada. Trata-se da composição sintagmática, na qual os membros integrantes de um segmento frasal estabelecem uma relação, tanto morfológica quanto semântica, de forma a constituírem uma única unidade lexical. Um tipo específico de composição sintagmática constitui a composição acronímica ou por siglas, em que um composto

sintagmático é representado por meio de uma forma reduzida. Esses compostos são estudados no capítulo “Composição sintagmática, por siglas e acrônimos”.

Ainda que os processos de derivação e de composição tenham sido abordados separadamente, e também de maneira distinta tenham sido estudados os tipos de cada um desses processos, foi possível observar que os limites entre esses processos e suas respectivas tipologias não são claramente delimitados e podem superpor-se de maneira dinâmica.

Essa questão fronteira é enunciada desde o capítulo “Derivação prefixal”, dedicado à descrição dos morfemas prefixais, no qual se discute se a prefixação deve ser considerada um processo derivacional ou composicional. A opção pelo processo derivacional, no entanto, não significa que compostos não possam passar a exercer funções prefixais. Essa possibilidade foi explicitada na descrição dos prefixos de caráter intensivo: compostos de origem grega (*hiper-*, *macro-*, *micro-*) e latina (*multi-*), anteriormente restritos à construção de termos das línguas de especialidade, passaram a construir recorrentemente unidades do léxico geral e a funcionar também como morfemas prefixais.

Ainda no âmbito da prefixação, observou-se uma deriva semântica de grande parte dos prefixos que, denotativos de posição, superior ou inferior, passaram a construir novas unidades lexicais com significado intensivo, tanto aumentativo como diminutivo. Desse modo, a intensidade, mais restrita à sufixação, passou a ser assumida também pelos morfemas prefixais, observando-se, assim, a constituição do campo prefixal da intensidade no português brasileiro. Essa dinamicidade do sistema afixal gerou uma concorrência entre afixos prefixais e sufixais de caráter intensivo, o que é explicitado em um inquérito DID (diálogo entre pesquisador e informante) no qual a mesma base é afixada pelo sufixo *-íssimo* e pelo prefixo *ultra-*: “... e tínhamos a *famosíssima*... *ultrafamosa* praia do Pinto aqui perto...” (DID RJ 0153).

A menção à ausência de limites entre os processos da derivação e da composição por meio de morfemas sufixais é apresentada por Said Ali (1964: 229-230), que justifica essa ausência argumentando que o “sufixo, o qual, segundo a linguística admite e por vezes claramente demonstra, procede também de expressão que a princípio se usou como palavra independente”. Cita o conhecido exemplo de *mente*, substantivo latino que fazia parte de formações compostas como *bona mente* e *fera mente*, que, em sua função sufixal, é estudado neste volume no capítulo “Derivação sufixal” da Parte I deste volume.

Como se apresenta neste volume, um mesmo elemento pode funcionar, no mesmo eixo temporal, ora como derivado ora como composto. Esse fato ocorre com *-logo* e *-metro*, que atuam, seguindo a sua origem, como membros de uma composição culta em que constroem termos de áreas de especialidade (cap.

“Composição”) e ainda como sufixos ao serem usados recorrentemente em construções do léxico geral (cap. “Derivação sufixal”), em que a deriva semântica não raro é acrescida de caráter lúdico.

Esse estudo baseado em inquéritos do Projeto Nurc permitiu também a observação de que alguns fatos descritos no âmbito da Morfologia Derivacional relacionam-se com aspectos próprios da Morfologia Flexional. Mencionamos a forma mais comum de construção de verbos em português, que se efetua por meio do acréscimo das desinências flexionais (vogal temática da primeira conjugação *-a-* e desinência de infinitivo *-r*) à base, geralmente constituída por um substantivo. Conforme é explicitado na seção “Terminação *-ar*” do capítulo “Derivação sufixal”, não há consenso entre os autores no que se refere à classificação de *-ar*, ora situada no âmbito da derivação ora no da flexão. Menciona-se também, no mesmo capítulo, o uso frequente da desinência de participio *-do*, que, não raro, atua também como sufixo em construções adjetivais.

Lembramos também que as fronteiras entre a Morfologia Derivacional e a Morfologia Flexional não são nítidas e costumam se superpor.

A diferença entre processos flexionais e derivacionais já é mencionada no mundo latino com o gramático Varrão (116 a 26 a.C.), que apresenta a distinção entre *derivatio voluntaria* e *derivatio naturalis*, conforme lemos em Mattoso Câmara (1975: 71-72). A *derivatio naturalis*, formação natural de palavras, corresponde à flexão; a *derivatio voluntaria*, que cria novas unidades lexicais, corresponde à derivação. O adjetivo *voluntaria* aponta para o caráter fortuito do processo, pois as palavras derivadas não obedecem a uma sistemática obrigatória para todo o léxico. Mattoso Câmara exemplifica com o verbo *cantar*, que deriva *cantare*, o que não ocorre com outros verbos, como *falar* e *gritar*, que também indicam atividades da voz humana. Ademais, ao processo de *derivatio voluntaria* deve-se acrescentar a característica da opção em relação ao uso ou não uso da palavra derivada ou ao emprego de um sufixo ou prefixo, o que sugeriu a Varrão o adjetivo *voluntaria*.

Vários autores admitem que uma separação nítida entre os dois processos ainda não chegou a ser estabelecida. Citamos Bybee (1985: 81-109), que expõe critérios que poderiam estabelecer limites entre a derivação e a flexão como a *relevância semântica*, que distingue afixos que alteram o significado das bases (considerados mais relevantes do que os que não o alteram ou o fazem em menor grau, os menos relevantes), e a *generalidade lexical*, segundo a qual processos derivacionais apresentam mais restrições, quanto à aplicabilidade, do que os processos flexionais. A autora defende o ponto de vista de que, à exceção da obrigatoriedade, atribuída à flexão, nenhum dos critérios usualmente empregados para o estabelecimento da distinção entre esse processo e a derivação aponta, de fato, para uma

divisão discreta entre eles; por essa razão, ela prefere estabelecer um *continuum* ao invés de uma fronteira rígida. Em estudo aplicado ao português, Gonçalves (2011: 119-150) também defende o *continuum* entre as duas morfologias, embora, ainda que Bybee dê conta de categorias analisadas como flexionais, não compare o posicionamento dos afixos ao longo do *continuum* proposto. Com base nessa constatação, Gonçalves analisa afixos de gênero, número e grau à luz do *continuum* entre derivação e flexão.

PARTE II – MORFOLOGIA FLEXIONAL

Os capítulos que compõem a Parte II deste volume, Morfologia Flexional, correspondem, na sua maioria, a textos que resultaram da reelaboração de trabalhos discutidos nos seminários do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF), elaborados pelos seguintes pesquisadores: Odette G. L. Altmann S. Campos (Unesp – Araraquara), Paulo de Tarso Galembeck (Unesp – Araraquara), Beatriz Nunes de Oliveira Longo (Unesp – Araraquara), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Angela C. S. Rodrigues (USP). A essa equipe duas outras pesquisadoras se agregaram na fase de elaboração desses capítulos: Maria Célia Lima-Hernandes (USP) e Nilza Barrozo Dias (UFF). Nessa fase também foram úteis sugestões de análise de Deize Crespim Pereira (USP).

Algumas considerações a respeito da Morfologia Flexional no Português culto falado no Brasil e do tratamento que a ela foi dado pelos pesquisadores responsáveis por seu estudo são arroladas a seguir.

Com base no pressuposto de que a flexão constitui processo de expressão de categorias gramaticais no corpo do vocábulo mórfico flexionável, mais especificamente do nome e do verbo, contemplamos, num primeiro momento, o processo de construção morfológica do vocábulo flexionado. Assim, o processo da flexão no português pressupõe que se distinga o vocábulo formal ou a palavra como unidade de análise e, mais que isso, o nível da estrutura semântica das palavras, que envolve as raízes e as categorias gramaticais. Fizemos também observações sobre as unidades mínimas significativas que compõem o vocábulo flexionado, os morfemas, e as relações estabelecidas entre elas na forma de uma palavra. Considerações dessa natureza compõem a “Introdução” e o capítulo “Construção do vocábulo flexionado” da Parte II deste volume.

Entretanto, aos estudarmos os valores carreados pelas formas verbais flexionadas no material do Nurc/Brasil, encontramos exclusivamente formas perifrásticas de *mais-que-perfeito* do indicativo e quase exclusivamente de *futuro* do presente do indicativo, respectivamente: auxiliar *ter* ou *haver* no pretérito im-

perfeito do indicativo + participípio do verbo de base (*tinha falado, tinha vendido, tinha partido*) e verbo auxiliar *ir* no presente do indicativo + infinitivo do verbo de base *vou falar, vou vender, vou partir*). Nesses casos, os auxiliares funcionam como formadores de tempo. Pudemos confirmar, então, que uma mesma categoria gramatical, como as de Tempo e Modalidade, podem ser explicitadas no português do Brasil por estratégias formais diferentes, donde o estudo da questão da auxiliaridade no âmbito da Morfologia Flexional do Português é apresentado no capítulo “Auxiliaridade”.

Por tudo isso, vemos a relação obrigatória que se estabelece entre flexão e semântica. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar que a interpretação semântica das formas não se esgota no plano do vocábulo formal: há que considerar o vocábulo no seu contexto sintático, quer no nível do sintagma nominal quer no nível da frase, na medida em que, no nível da frase, “o verbo pertence à esfera semântica das relações e processos” (Halliday, 1985) (estados/eventos) sendo, pois, responsável pelo amarramento sintático-semântico dos diferentes participantes. Assim, morfemas flexionais são aqueles requeridos pela sintaxe da sentença (Matthews, 1974: 48), e também pela sintaxe do texto. Em síntese, sugerimos um tratamento sintático-semântico das formas flexionadas, viés de análise que sustenta os estudos dos capítulos “Flexão e Sintaxe: a concordância” e “Correlação morfossintática de orações hipotáticas de finalidade e tempo”.

Por fim, impõe-se que se leve em conta a significação das formas verbais flexionadas em termos de características pragmático-discursivas ou do significado construído nas relações textuais discursivas. Em outras palavras, defendemos a necessidade da inclusão de traços pragmático-discursivos na descrição do processo de flexão verbal modo-temporal em português, traços considerados fundamentais para a própria interpretação semântica das formas verbais, ou seja, é imprescindível que se discuta a questão do comportamento textual-discursivo das formas verbais flexionadas nos inquéritos do Nurc/Brasil, como se vê no capítulo “Flexão verbal, texto e discurso”.

Optamos conscientemente por tal abordagem, o que a distancia da tradicional e exclusiva descrição da forma do vocábulo flexionado, ou seja, buscamos mostrar a necessidade de se levar em conta o uso que os falantes cultos do Português do Brasil fazem das formas flexionadas no plano da frase, do texto e do discurso.

A hipótese formulada por Bybee (1985: 4) mostrou-se pertinente para explicarmos a distribuição dos elementos mórficos no vocábulo flexionado em Português: de fato, o grau de fusão morfofonológica de um afixo a uma raiz está correlacionado ao grau de *relevância semântica* do afixo à raiz. A relevância semântica de um afixo com relação a uma raiz tem a ver com o quanto o significado de um

afixo diretamente afeta o significado dessa raiz, do que resulta a distribuição dos morfemas flexionais dos nomes e dos verbos em português.

Das desinências nominais, sob o ponto de vista semântico, a de gênero é mais relevante que a de número, na medida em que afeta mais diretamente o significado da raiz, o que explica sua maior proximidade com relação à base lexical. A desinência de número é menos relevante com relação ao significado da base lexical, pois remete à quantidade de referentes, razão pela qual ela aparece em português no último lugar à direita do nome flexionado. Além disso, pode também não ser realizada (ver capítulo “Flexão e sintaxe: e a concordância”, seção “Concordância nominal”).

Quanto às desinências verbais, sob o ponto de vista semântico, as desinências de tempo e modo são as mais relevantes para o verbo, na medida em que afetam mais diretamente o significado da forma verbal flexionada; como tais categorias apresentam-se amalgamadas na desinência modo-temporal, é ela que se prende ao tema verbal. Ela é seguida pela desinência número-pessoal, o que explica a distribuição dos elementos formais de uma forma verbal em português. Além disso, sendo a desinência número-pessoal menos relevante, pode também não ser realizada, como vemos na seção “Concordância verbal”, no capítulo citado acima.

Parece ser possível considerar fenômeno intrínseco da oralidade o apagamento de marcas formais de número no SN e no verbo que corresponderiam às manifestações concretas das relações, no caso da concordância nominal, entre adjetivos, determinantes e modificadores e um substantivo núcleo do SN, e no caso da concordância verbal, entre o verbo e seu sujeito sintático,

Não estaremos distante da realidade ao afirmarmos que os autores dos capítulos sobre Morfologia Flexional, ao descreverem exaustivamente os dados colhidos nos inquéritos do Projeto Nurc/Brasil, buscaram fazê-lo numa perspectiva funcional ao enfatizarem os valores e as funções das formas flexionadas não só na frase, mas também no texto e no discurso, caso em que a Pragmática e a Linguística do Texto forneceram sugestões de análise fundamentais.

Assim, o capítulo “Correlação morfossintática de orações hipotáticas de finalidade e tempo”, desenvolvido numa abordagem funcionalista, descreve o papel da flexão de tempo verbal no compartilhamento de tempo, aspecto e modo na ligadura entre as orações subordinadas adverbiais temporais e de finalidade e suas orações núcleos. Essa estratégia representa uma das formas de se medirem o entrelaçamento e a integração oracional num viés sistêmico-funcional. O rótulo geral para ambos os parâmetros é a *correlação verbal*. Para avaliar o estatuto da correlação verbal, tornou-se imprescindível verificar ainda que tipos de elemento conectivo estariam envolvidos na ligadura entre as orações e/ou porções maiores do discurso e determinariam restrições no entrelaçamento oracional.

Por outro lado, a Sociolinguística Variacionista laboviana constituiu o referencial teórico-metodológico para o estudo da concordância nominal e da concordância verbal no material do Nurc/Brasil (ver capítulo “Flexão e sintaxe: a concordância”). O aproveitamento dessa proposta de análise foi possível na medida em que pudemos constatar, através de estudo de natureza quantitativa, que, embora a grande maioria das ocorrências confirmasse que os falantes cultos do Nurc/Brasil aplicaram as regras de concordância nominal e verbal, alguns poucos casos de não concordância de número dos adjetivos e determinantes com um substantivo núcleo de um SN, bem como do verbo com o seu sujeito da 3ª pessoa do plural, foram encontrados, sugerindo que essas regras de concordância nominal e verbal correspondem a fatos de variação no português culto do Brasil. Variáveis de diferente natureza foram levadas em conta com vistas à explicação da não aleatoriedade da aplicação dessas regras de concordância.

Outros pesquisadores também se utilizaram de ferramenta estatística para referendar seus achados (cf. capítulos “Auxiliaridade” e “Correlação morfossintática de orações hipotáticas de finalidade e tempo”).

Por fim, por considerar que há fatos relativos à flexão que só são perceptíveis e explicáveis nos níveis textual e discursivo de funcionamento da língua, em muitos momentos tratamos da relação da flexão com o texto e o discurso (cf. particularmente o capítulo “Flexão verbal, texto e discurso”); para isso utilizamos o referencial teórico da Linguística Textual, especialmente as teorias sobre coesão, coerência e tipologia textual, observando, por exemplo, a relação de flexões e categorias por elas expressas com esses fenômenos. Além disso, no plano do discurso observa-se o papel da flexão na constituição e no funcionamento discursivo dos textos relativo a fatos – como o sequenciamento e a ordenação de situações nos textos, o relevo, a expressão de realidade e irrealidade, entre outros –, o que sem dúvida nos leva a considerar as teorias do discurso que discorrem sobre as razões de tais fatos.